



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ROBERTO REQUIÃO

Ofício nº 193/2017

Brasília, 20 de junho de 2017.

ASSUNTO: **RELATÓRIO DE VIAGEM A MONTEVIDÉU – MERCOSUL**

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, venho confirmar que participei, na condição de Presidente da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul, da Reunião do Parlamento do Mercosul, realizada no dia 26 de junho de 2017, na cidade de Montevideu, Uruguai, conforme Requerimento nº 444/2017.

Segue o Relatório da Reunião, abaixo.

Na certeza da atenção de Vossa Excelência, renovo-lhe votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Senador **ROBERTO REQUIÃO**
PMDB/PR

Excelentíssimo Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF



RELATÓRIO DE VIAGEM XLVIII SESSÃO ORDINÁRIA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

MONTEVIDÉU – URUGUAI

26 de junho de 2017

No dia 26 de junho de 2017, em Montevideu, Uruguai, realizou-se a XLVIII Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, bem como as Reuniões de Mesa Diretora e das Comissões Permanentes.

Estiveram presentes os seguintes Parlamentares: Senadora Fátima Bezerra e Senadores Humberto Costa e Roberto Requião e Deputados Arlindo Chinaglia, atual Presidente do Parlamento do Mercosul; Aureo; Benedita da Silva; Celso Russomano; Dilceu Sperafico; Heráclito Fortes; Hugo Leal; Jean Wyllys; José Stédile; Rômulo Gouveia; Remídio Monai; Renato Molling; Roberto Freire; Rocha; Rubens Bueno e Ságuas Moraes.

Dia 26 de junho: chegada dos integrantes da delegação brasileira a Montevideu.

Dia 27 de junho:

1. 8:30 - Reuniões das Comissões Permanentes:

As reuniões das comissões permanentes do Parlamento tiveram início às 8h30, no Edifício Mercosul, e estenderam-se por toda a manhã. Reuniram-se as seguintes comissões permanentes: Assuntos Jurídicos e Institucionais; Assuntos Econômicos, Financeiros, Comerciais, Fiscais e Monetários; Assuntos Internacionais, Interregionais e de Planejamento Estratégico; Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esporte; Trabalho, Políticas de Emprego, Seguridade Social e Economia Social; Desenvolvimento Regional Sustentável, Ordenamento Territorial, Habitação, Saúde, Meio Ambiente e Turismo; Cidadania e Direitos Humanos; Assuntos Internos, Seguridade e Defesa; Infraestrutura, Transportes, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuária e Pesca.

2. 08h30 - Reunião da Mesa Diretora



Participação do Presidente brasileiro do Parlasul, Deputado Arlindo Chinaglia, do Presidente da Representação Brasileira, Deputado Celso Russomano e do Vice-Presidente da Representação Brasileira, Senador Roberto Requião. A reunião teve início às 08h50 com a leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Temas tratados:

1. O primeiro item considerado foi o pleito dos parlamentares argentinos no sentido de que a Mesa Diretora do Parlamento do Mercosul intervenha a respeito da cobrança do salário a eles devido pelo governo da Argentina por sua participação no Parlamento do Mercosul. O Presidente sugere consultar o Conselho do Mercado Comum a respeito. O Parlamento da Argentina usa a analogia com o Parlamento Europeu. Outra possibilidade seria enviar um pedido de opinião consultiva ao tribunal Permanente de Revisão. Os parlamentares argentinos não possuem qualquer amparo por parte do Estado argentino. Daniel Caggiani diz que seria oportuno que o Parlamento do Mercosul exortasse os países que ainda não realizaram eleições diretas para parlamentar do Mercosul que o façam. Com referência ao ofício proposto pela representação Argentina, o presidente Arlindo Chinaglia diz que a questão é política, não sendo responsabilidade do Parlasul, que não pode admitir uma exceção. Arlindo irá à reunião de cúpula em julho em Mendoza e pretende levar uma carta e também fará menção à questão naquela ocasião. A Mesa Diretora pode fazer um apelo ao Parlamento Argentino para que reveja a sua posição. O caso dos parlamentares argentinos não é único, pois acontece também aos parlamentares da Venezuela, com a diferença de que estes últimos não foram diretamente eleitos. O representante da Venezuela, Luis Rondon, se solidariza com os parlamentares argentinos e chama a atenção para a informalidade da instituição, uma vez que Saul Ortega não deveria estar presente à reunião da Mesa, já que renunciou à sua condição de Deputado nacional para se candidatar à Assembleia Nacional Constituinte. O Deputado Celso Russomano diz que não existe previsão legal para o pagamento dos parlamentares do Mercosul diretamente eleitos, não havendo orçamento específico para tal, e o



Parlamento do Mercosul deveria envidar esforços no sentido de que o problema seja resolvido, para que não seja criado um precedente. O presidente Arlindo diz que passará o caso à Consultoria Jurídica do Parlamento e também abordará o assunto por ocasião da Reunião de Cúpula em Mendoza.

2. A Parlamentar Cecília Britto informa que convocará audiência pública da Comissão de Direitos Humanos em Jujuy, Argentina e solicita o pagamento de diárias devidas pelo Parlamento em virtude de reunião realizada em Caracas.
3. O Deputado Arlindo Chinaglia comunica a designação do Sr. José Rogério Carvalho Tomaz Junior para ocupar o cargo de Auxiliar de Seção em substituição ao Sr. Fábio Rodríguez, a partir de 1/06/2017. Este ponto fica adiado para a próxima reunião.
4. Relatório do Parlamentar Ricardo Canese referente à sua visita à Parlamentar do Mercosul Milagro Sala, presa há 500 dias. Recomenda que o Parlasul emita declaração exigindo a imediata liberação de Milagro Sala; que sejam feitas gestões junto aos parlamentos nacionais no sentido de que estes condenem a sua prisão; e que a Comissão de Direitos Humanos do Parlasul vá até Jujuy e realize gestões junto à Justiça Argentina sobre o assunto.
5. Denúncia referente ao incidente ocorrido na zona fronteira entre a República do Chile e o Estado Plurinacional de Bolívia em 19 de março próximo passado que causou a detenção de 9 funcionários bolivianos, recolhidos à prisão de Alto Hospício – Iquique, República do Chile. O tema deverá ser levado à Comissão de Direitos Humanos, que poderá servir como mediadora. Há um contencioso entre o Chile e a Bolívia sobre a questão da utilização de saída para o mar pela Bolívia na Corte de Haia. O Presidente Arlindo Chinaglia propõe que o Parlamento produza um texto que poderá ser aprovado em Plenário, conforme a solicitação da delegação boliviana. O Deputado Celso Russomano lembra tratar-se a questão de contencioso antigo, que data de 1904, ocasião em que se celebrou Tratado de Paz entre Bolívia e Chile que selou a chamada Guerra do Pacífico entre os dois países e que assegura o trânsito de pessoas e bens bolivianos por território chileno em direção ao litoral.
6. O presidente da Representação Brasileira, Celso Russomano, comunica mudanças na composição das



comissões do Parlasul no que diz respeito aos representantes brasileiros nas mesmas.

7. A reunião passa a ser fechada para tratamento de temas internos, relativos a contratação de funcionários venezuelanos para o Parlamento do Mercosul.

A reunião encerrou-se às 12h00.

3. 12h17 – XLVIII Sessão Ordinária

Iniciados os trabalhos, é aprovada a ata da reunião anterior.

A eleição do Vice-Presidente da Representação Argentina é adiada para a próxima sessão ordinária.

Foi feita a leitura dos Assuntos Entrados distribuídos às comissões.

No Tema Livre, fizeram uso da palavra os seguintes parlamentares brasileiros: Deputado Rocha, para denunciar violações de direitos humanos pelo governo venezuelano; Senadora Fátima Bezerra, sobre retrocessos na educação brasileira; Deputado Roberto Freire, sobre resistência às ditaduras no Cone Sul que viabilizaram a criação do Mercosul e a omissão em relação a governos ditatoriais atuais na região e Senador Humberto Costa, que lembrou a ocorrência do que chama de “golpe parlamentar” no Brasil e da provável denúncia do Presidente Temer por corrupção pelo Ministério Público.

O Presidente pede ao Secretário Parlamentar que leia o art. 162 do Regimento Interno sobre credenciais dos membros do Parlasul, uma vez que membros da Representação da Venezuela teriam renunciado ao mandato no Parlamento Nacional para concorrerem às eleições para a Assembleia Constituinte. Posteriormente o Presidente da Assembleia Nacional envia carta ao Parlasul atestando a renúncia dos referidos parlamentares.

Ordem do Dia



Matérias aprovadas:

1. Proposta de Recomendação ao Conselho do Mercado Comum para que inste ao Governo da Venezuela para que cumpra efetivamente os documentos e instrumentos internacionais em matéria de direitos humanos dos quais é signatário.
2. Proposta de Recomendação pela qual o Parlamento do Mercosul recomenda ao Conselho do Mercado Comum propiciar a criação de uma comissão de estudo, impulso, propostas e seguimento nas localidades fronteiriças.
3. Proposta de Recomendação pela qual o Parlamento do Mercosul recomenda ao Grupo Mercado Comum aderir a um programa coordenado de ações, destinadas a melhorar a competitividade, com ênfase nas pequena e médias empresas, denominado Global Pymes.
4. Proposta de Recomendação pela qual o Parlamento do Mercosul recomenda aos Estados Partes efetuar gestões pertinentes ante as Chancelarias da República Argentina e da República Federativa do Brasil a fim de habilitar a livre circulação durante as 24 horas do dia na ponte que une a localidade de Comandante Andresito, Província de Misiones, República Argentina, e a localidade de Capanema, Estado do Paraná, República Federativa do Brasil e na ponte que une a localidade San Antonio, Província de Misiones, República Argentina e a localidade de San Antonio do Sudoeste, Estado do Paraná, República Federativa do Brasil.
5. Proposta de Declaração pela qual o Parlamento do Mercosul declara sua rejeição e consequente reclamação ao Governo da Nicarágua pela violação das normas internacionais vigentes que regem as imunidades dos representantes de parlamentos nacionais e regionais e as que protegem os direitos humanos fundamentais.
6. Proposta de Recomendação pela qual o Parlamento do Mercosul recomenda uniformizar as legislações internas dos países do Mercosul para adotar um critério comum no tocante à tipificação das formas de abuso e maus tratos de idosos.
7. Proposta de Recomendação pela qual o Parlamento do Mercosul recomenda que o Conselho do Mercado Comum retome o estudo, consideração e aprovação do Projeto de Norma 02/2010 “Protocolo Constitutivo da Corte de Justiça do Mercosul”.

A sessão plenária encerrou-se às 16h20.



Dia 27 de junho: Retorno da delegação brasileira.

